

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CBIA1

O crescimento sustentável em longo prazo constitui um desafio crucial para as economias mundiais, especialmente para países em desenvolvimento como o Brasil. Pesquisas recentes nessa área têm enfatizado a importância de aumentar a produtividade de maneira sustentável e de identificar os fatores que influenciam esse crescimento. Especialistas apontam que a produtividade agregada pode ser prejudicada pela má alocação de recursos causada por fatores internos e sistêmicos. Entre esses fatores está a estrutura tributária, com suas consequências para a alocação produtiva eficiente.

Tributos desempenham um papel vital no financiamento de governos e na distribuição de riqueza, contribuindo para o crescimento econômico. Para ser eficaz e justo, um sistema tributário requer equidade, simplicidade, elasticidade, conformidade de baixo custo e eficiência econômica.

No cenário brasileiro, é frequente o debate acerca da adequação da carga tributária ao perfil socioeconômico do país, especialmente em relação à sua estrutura produtiva. Recentemente, a complexidade do sistema tributário também ganhou destaque devido aos seus efeitos potencialmente prejudiciais. Embora os impostos sejam vitais para financiar serviços públicos e investimentos cruciais para o desenvolvimento do país, eles também podem produzir efeitos negativos ao gerar distorções nas decisões econômicas, causando perdas de eficiência. Por isso, é imprescindível analisar os impactos da carga tributária na estrutura produtiva.

João Maria de Oliveira. Propostas de reforma tributária e seus impactos: uma avaliação comparativa. **Carta de Conjuntura** n.º 60 — **Nota de Conjuntura** 1 — 3.º trimestre de 2023. Internet: <ipea.gov.br> (com adaptações).

Em relação às ideias e a aspectos linguísticos do texto CBIA1, julgue os seguintes itens.

- 1 Entende-se da leitura do primeiro parágrafo que, nas economias mundiais e especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil, a má alocação de recursos resultante de fatores internos e sistêmicos, a exemplo da estrutura tributária, pode causar prejuízo à produtividade agregada.
JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva consiste em uma paráfrase do último período do primeiro parágrafo, acrescida da informação sobre onde ocorre o fato observado.
- 2 No segundo período do primeiro parágrafo, o vocábulo “e” coordena, por adição, duas orações subordinadas com verbo no infinitivo que complementam o termo “importância”.
JUSTIFICATIVA - Certo. São duas orações subordinadas completivas nominais reduzidas de infinitivo ligadas pela conjunção aditiva e.

- 3 Estariam mantidos os sentidos e a correção do texto caso se substituísse, no segundo período do primeiro parágrafo, “têm enfatizado” por **veem enfatizando**.
JUSTIFICATIVA - Errado. A forma verbal composta “têm enfatizado” é semanticamente equivalente a **vêm enfatizando**, construída com o verbo **vir**. A forma verbal “veem” corresponde à terceira pessoa do plural do verbo **ver**.
- 4 A inserção de uma vírgula imediatamente depois do vocábulo “fatores” (segundo período do primeiro parágrafo) prejudicaria os sentidos do texto porque, no contexto em questão, a oração que sucede o referido termo é obrigatoriamente restritiva.
JUSTIFICATIVA - Certo. O termo “fatores” está empregado de maneira genérica, sendo a oração adjetiva o seu termo restritivo, ou seja, a oração delimita, específica, o sentido do termo “fatores”. Observe-se que a oração adjetiva restritiva não pode ser suprimida do texto sem prejuízo de sentido, ao contrário do que ocorre com a oração adjetiva explicativa, que é um mero acréscimo ao termo substantivo ao qual se subordina.
- 5 No trecho “em relação à sua estrutura produtiva” (primeiro período do último parágrafo), o emprego do sinal indicativo de crase é facultativo.
JUSTIFICATIVA - Certo. Como o pronome possessivo “sua” pode estar ou não precedido de artigo definido, o emprego do acento indicativo de crase é facultativo.
- 6 No primeiro período do segundo parágrafo, o vocábulo “vital” classifica-se como advérbio e expressa, em relação ao termo “papel”, circunstância de modo, denotando a primordial importância desempenhada pelos tributos.
JUSTIFICATIVA - Errado. O termo “vital” é adjetivo e não advérbio de modo, embora o seu sentido esteja corretamente identificado na assertiva.
- 7 Pela organização das ideias e pela estruturação sintática do primeiro período do segundo parágrafo, entende-se que é a “distribuição de riqueza” que contribui “para o crescimento econômico” das nações.
JUSTIFICATIVA - Errado. A oração no gerúndio resgata o sujeito da primeira oração do período, que é “Tributos”.
- 8 No segmento “Por isso, é imprescindível” (último período do último parágrafo), a flexão da forma verbal “é” na terceira pessoa do singular justifica-se pela concordância do verbo com o sujeito da oração, que é expresso pela oração subsequente.
JUSTIFICATIVA - Certo. O sujeito da oração “Por isso é imprescindível” é a oração seguinte e, com sujeito oracional, o verbo fica na terceira pessoa do singular.

Julgue os itens que se seguem, com base no **Manual de Redação Oficial do TCDF** (2.^a edição).

9 Ao se fazer referência a datas na redação de documentos oficiais do TCDF, deve-se optar pelo emprego dos vocábulos dia, mês e ano, escrevendo-se no dia 12 de janeiro em vez de em 12 de janeiro; no mês de fevereiro, em vez de em fevereiro; no ano de 2000, em vez de em 2000.

JUSTIFICATIVA - Errado. A assertiva contraria a orientação do Manual de Redação Oficial do TCDF, item 2.3, *Procedimentos para redigir textos concisos*: alínea c, segundo a qual dispensa-se, por concisão, o emprego dos substantivos dia, mês e ano nas datas (p. 17).

10 É necessário que a redação oficial seja isenta de interferência da individualidade de quem a elabora, portanto é inadequado o emprego dos verbos na primeira pessoa, seja no singular, seja no plural; assim, na elaboração de atos de comunicação, são indevidas construções como informo que ou informamos que.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo o Manual de Redação Oficial do TCDF, item 2.6 (Impessoalidade), o emprego da primeira pessoa do plural não afeta a impessoalidade (p. 18 e 19).

Julgue os itens a seguir, com base no que dispõe a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) a respeito de Internet.

11 As contas públicas do Distrito Federal serão disponibilizadas, de maneira permanente, na Internet, nos sítios oficiais do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, dispensando-se outros meios de divulgação.

JUSTIFICATIVA - Errado. Além da divulgação no sítio oficial dos Poderes do DF, as contas públicas anuais devem ser divulgadas também em local próprio da Câmara Legislativa à disposição de qualquer contribuinte, durante sessenta dias, conforme estabelece a primeira parte do § 2.º do art. 80 da LODF.

Art. 80. (...)

§ 2.º As contas públicas do Distrito Federal ficarão, durante sessenta dias, anualmente, em local próprio da Câmara Legislativa à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação e serão disponibilizadas de maneira permanente, atualizadas mensalmente, nos sítios oficiais na internet do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, recomendando-se a criação de sítios específicos na internet para a publicação permanente das contas públicas, de forma clara e compreensível ao cidadão.

12 Os Poderes do Distrito Federal devem publicar, mensalmente, nos respectivos sítios oficiais na Internet, demonstrativo de todas as despesas realizadas por todos os seus órgãos, de forma clara e compreensível ao cidadão.

JUSTIFICATIVA - Certo. É uma das obrigações de transparência pública ativa dos Poderes do DF, cuja observância impositiva está prevista no art. 22, § 3.º, da LODF.

Art. 22. (...)

§ 3.º Os Poderes do Distrito Federal mandarão publicar, mensalmente, nos respectivos sítios oficiais na internet, demonstrativo de todas as despesas realizadas por todos os seus órgãos, de forma clara e compreensível ao cidadão, inclusive os da administração indireta, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público, com a discriminação do beneficiário, do valor e da finalidade, conforme dispuser a lei.

13 A promoção do direito de acesso à Internet insere-se entre os objetivos prioritários do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA - Certo. Objetivo prioritário do DF previsto expressamente no art. 3º, XIV, da LODF.

Art. 3.º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

(...)

XIV promover a inclusão digital, o direito de acesso à Internet, o exercício da cidadania em meios digitais e a prestação de serviços públicos por múltiplos canais de acesso.

No que se refere às normas orçamentárias constantes da LODF, julgue os itens subsequentes.

14 A instituição de fundos de qualquer natureza depende de prévia autorização legislativa de proposta do Poder Executivo, a qual conterà obrigatoriamente a criação de um conselho de administração.

JUSTIFICATIVA - Certo. Criação de fundos no DF e sua composição administrativa, conforme está previsto no art. 151, IX, e § 4.º, III, da LODF.

Art. 151. São vedados:

(...)

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

(...)

§ 4.º A autorização legislativa de que trata o inciso IX dar-se-á por proposta do Poder Executivo, que conterà, entre outros requisitos estabelecidos em lei, os seguintes:

(...)

III instituição obrigatória de conselho de administração, composto necessariamente de representantes do segmento respectivo da sociedade e de áreas técnicas pertinentes ao seu objetivo;

15 Nenhuma despesa de capital cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciada sem prévia inclusão no plano plurianual.

JUSTIFICATIVA - Errado. A obrigação contida no § 1.º do art. 151 da LODF se aplica apenas aos investimentos, e não a todas as despesas de capital.

Art. 151. (...)

§ 1.º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei que autorize sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Com base no disposto na Lei Complementar n.º 840/2011, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, julgue os itens a seguir.

16 Configuram-se como abandono do cargo de servidor público as faltas injustificadas ao serviço por mais de 40 dias, interpoladamente, no período de 12 meses, ou por mais de 30 dias consecutivos.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo o artigo 64 da LC 840/2011, as faltas injustificadas ao serviço configuram abandono de cargo, se ocorrerem por mais de trinta dias consecutivos (inciso I) ou inassiduidade habitual, se ocorrerem por mais de sessenta dias, interpoladamente, no período de doze meses (inciso II).

17 Uma das condições legais para que servidor público possa afastar-se do cargo ocupado para participar de curso de formação previsto como etapa de concurso público é a expressa previsão do curso no edital do certame.

JUSTIFICATIVA - Certo. O afastamento do cargo para participar de curso de formação exige previsão no edital, nos termos do artigo 162 da LC 840/2011:

Art. 162. O servidor pode afastar-se do cargo ocupado para participar de curso de formação previsto como etapa de concurso público, desde que haja: I expressa previsão do curso no edital do concurso;

II incompatibilidade entre os horários das aulas e os da repartição.

- 18 Quando um servidor público apresenta pedido de reconsideração de ato administrativo, a prescrição é interrompida.
JUSTIFICATIVA - Certo. O pedido de reconsideração interrompe a prescrição, nos termos do artigo 176 da LC 840/2011:
Art. 176. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.
- 19 Caso o servidor público, no exercício da função, cause dano a terceiro, ele responderá diretamente ao terceiro pelo dano causado.
JUSTIFICATIVA - Errado. No caso de dano causado a terceiros, o servidor responderá perante a Fazenda Pública, em ação regressiva, e não diretamente ao terceiro, nos termos do artigo 183, § 2º, da LC 840/2011:
Art. 183. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro.
§ 1º A indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente pode ser liquidada na forma prevista no art. 119 e seguintes na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial.
§ 2º Tratando-se de dano causado a terceiros, responde o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- 20 Se uma sanção disciplinar de suspensão for cancelada dos assentamentos funcionais de um servidor público, ela não poderá ser considerada para efeitos de reincidência.
JUSTIFICATIVA - Certo. Segundo o artigo 201 e seus incisos, da LC 840/2011, a sanção disciplinar cancelada, nos termos do artigo, não pode ser considerada para efeitos de reincidência:
Art. 201. A advertência e a suspensão têm seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar, igual ou diversa da anteriormente cometida.
§ 1º O cancelamento da sanção disciplinar não surte efeitos retroativos e é registrado em certidão formal nos assentamentos funcionais do servidor.
§ 2º Cessam os efeitos da advertência ou da suspensão, se lei posterior deixar de considerar como infração disciplinar o fato que as motivou.
§ 3º A sanção disciplinar cancelada nos termos deste artigo não pode ser considerada para efeitos de reincidência.
- 21 Se, em um mesmo dia, um servidor público praticar duas condutas caracterizadas como infrações disciplinares, em que uma delas o sujeite à sanção de advertência e a outra, à de suspensão, as ações disciplinares correspondentes prescreverão no mesmo prazo.
JUSTIFICATIVA - Errado. A ação disciplinar para advertência e suspensão prescrevem em prazos diferentes, nos termos do artigo 208 da LC 840/2011:
Art. 208. A ação disciplinar prescreve em:
I cinco anos, quanto à demissão, destituição de cargo em comissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
II dois anos, quanto à suspensão;
III um ano, quanto à advertência.
- Acerca da realidade histórica, geográfica, econômica, social e étnica do Distrito Federal, julgue os itens a seguir.
- 22 Os estudos do Relatório Belcher indicavam uma área para a construção do Distrito Federal com mais de 50 mil km², composta de fazendas sem produção significativa e em cujo perímetro não havia nenhum núcleo urbano.
JUSTIFICATIVA - Errado. Existiam dois núcleos urbanos no interior da área demarcada no referido relatório. Em 1952, o Congresso aprovou a lei que determinava a realização de um estudo conclusivo para a edificação da nova capital. O estudo, conhecido como Relatório Belcher, foi concluído em 1955 e indicava uma área de 52 mil km² para a construção. A área, denominada Sítio Castanho, abrangia os municípios goianos de Formosa, Planaltina e Luziânia, sendo ocupada somente por fazendas sem produção significativa e dois núcleos urbanos, Planaltina e Brazlândia, somando não mais que 5 mil habitantes dispersos pela região.
- 23 A composição histórica e social do Distrito Federal caracteriza-se por um número expressivo de migrantes e, etnicamente, a população que mora nos limites da capital é majoritariamente branca, segundo dados oficiais.
JUSTIFICATIVA - Errado. A maior parte da população do Distrito Federal é parda, contendo um percentual de 47,5%. A população branca representa 40,9% do total.
- 24 Segundo o último censo demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Brasília possui o maior rendimento domiciliar *per capita* do Brasil.
JUSTIFICATIVA - Certo. Brasília teve, em 2022, o maior rendimento domiciliar *per capita* do Brasil. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o valor médio de renda no Distrito Federal foi de R\$ 2.913.
- 25 Por ser marco da arquitetura moderna e do urbanismo, Brasília foi inscrita, na segunda metade da década de 1980, na Lista de Bens do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, tornando-se a maior área tombada do mundo.
JUSTIFICATIVA - Certo. Brasília detém a maior área tombada (112,25 km²) inscrita na Lista de Bens do Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O Distrito Federal também possui outros elementos tombados por instituições federais e distritais que, face à sua significativa importância, têm necessidade permanente de proteção e preservação para assegurar o legado às futuras gerações.
- Em relação ao II Plano Distrital de Política para Mulheres (2020-2023), julgue os itens subsequentes.
- 26 O referido plano resultou de um diálogo governamental com a sociedade civil e reuniu a opinião das mulheres beneficiadas por projetos governamentais, a fim de garantir e efetivar as políticas públicas pensadas para a promoção da igualdade e para a valorização da diversidade entre as mulheres.
JUSTIFICATIVA - Certo. O objetivo do Plano Distrital de Política para Mulheres era dialogar e construir juntos. Por isso, por meio de uma escuta democrática e ativa, conduzida pela Secretaria da Mulher, mais de 2 mil participantes tiveram a oportunidade de serem protagonistas na formulação e na implementação dessas políticas pensadas por elas e para elas. Pensar e executar políticas públicas que garantam a igualdade das mulheres e combatam a discriminação de gênero é um desafio coletivo. Por isso a importância do comprometimento de todos os órgãos e secretarias do GDF, bem como da sociedade civil, para pensar, elaborar e executar ações públicas para mulheres, de modo abrangente e amadurecido.

27 O Eixo 7 do mencionado plano, ao tratar dos temas comunicação e mídia, atenta, respectivamente, para a promoção da participação das mulheres na vida cultural comunicativa e para o exercício midiático da tecnologia da informação.

JUSTIFICATIVA - Errado. O Eixo 7 tem como objetivo ampliar e promover a participação das mulheres na vida cultural e no exercício do esporte, do lazer, da comunicação e da mídia, observando-se as dimensões de raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, local de moradia, trabalho, classe social, deficiência e geração das mulheres. Portanto, não aponta para o exercício midiático da tecnologia da informação, como afirma o item.

estrato	tamanho populacional	tamanho da amostra	desvio padrão da variável X
I	50.000	n_1	5
II	25.000	n_2	10
III	25.000	n_3	30
total	100.000	1.000	---

No planejamento de um levantamento estatístico, para se estimar a média populacional de uma variável X , será extraída uma amostra aleatória estratificada de tamanho $n = 1.000$ de uma população de tamanho $N = 100.000$. A população é segmentada em três estratos, e os tamanhos das amostras a serem extraídas desses estratos são representados por n_1, n_2 , e n_3 , de modo que $n_1 + n_2 + n_3 = 1.000$. O tamanho populacional e o valor do desvio padrão da variável X por estrato estão demonstrados na tabela precedente.

Considerando as informações apresentadas, julgue os itens que se seguem.

28 O método da alocação ótima de Neyman proporciona os seguintes tamanhos amostrais para os estratos da população em questão: $n_1 = 200$, $n_2 = 200$ e $n_3 = 600$.

JUSTIFICATIVA - CERTO, pois a alocação ótima de Neyman depende do tamanho do estrato e o desvio padrão da variável de interesse. Assim, dividindo os tamanhos populacionais por 1000, e considerando $D = 50 \times 5 + 25 \times 10 + 25 \times 30 = 1250$, tem-se:

$$n_1 = 50 \times \frac{5}{D} \times n = 0,2 \times 1000 = 200,$$

$$n_2 = 25 \times \frac{10}{D} \times n = 0,2 \times 1000 = 200,$$

$$n_3 = 25 \times \frac{30}{D} \times n = 0,6 \times 1000 = 600.$$

29 Caso se utilize o método da alocação proporcional, será necessário extrair uma amostra aleatória estratificada de tamanho $n = 1.000$ tal que $n_1 < n_2 < n_3$.

JUSTIFICATIVA - Errado. Dividindo os tamanhos populacionais por 1000, o método da alocação proporcional proporciona o seguinte resultado: $n_1 = \frac{50}{100} \times n = 500$, $n_2 = \frac{25}{100} \times n = 250$ e $n_3 = \frac{25}{100} \times n = 250$.

Com base no conjunto de dados $D = \{0, 0, 1, 1, 2, 2, 2, 4, 6\}$, julgue os itens seguintes.

30 A média, a moda e a mediana do conjunto de dados são iguais a 2.

JUSTIFICATIVA - CERTO, pois média = $(0+0+1+1+2+2+2+4+6)/9 = 2$. Além disso, o valor 2 encontra-se na posição central da amostra, e também possui maior frequência.

31 O desvio padrão amostral do conjunto de dados é igual ou inferior a 1,6.

JUSTIFICATIVA - ERRADO, pois a média dos quadrados dos desvios é $\frac{30}{9} = \frac{10}{3} > 1,6^2 = 2,56$. Logo, o desvio padrão amostral não pode ser igual ou inferior a 1,6.

Julgue os itens a seguir, relativos à lógica proposicional e à lógica de argumentação.

32 São logicamente equivalentes as sentenças I e II, a seguir.

I “Se o governador do DF indicou o presidente do TCDF e a Câmara Legislativa indicou o corregedor, então o ouvidor é apreciador de música clássica.”

II “Ou o presidente do TCDF não foi indicado pelo governador ou o corregedor não foi indicado pela Câmara Legislativa ou o ouvidor é apreciador de música clássica.”

JUSTIFICATIVA - Certo.

$(P \wedge R) \Rightarrow Q$ é equivalente à

$\sim(P \wedge R) \vee Q$. E pela lei de Morgan,

$\sim(P \wedge R) = \sim P \vee \sim R$.

33 O texto a seguir apresenta um argumento válido.

“Se o auditor gosta de poesia francesa do século XIX, então o procurador geral aprecia os quadros de Vincent van Gogh. Se o auditor não gosta de poesia francesa do século XIX, então o corregedor admira os escritores de romances policiais. O corregedor não admira os escritores de romances policiais. Logo, o procurador geral aprecia os quadros de Vincent van Gogh.”

JUSTIFICATIVA - Certo.

$P \Rightarrow Q; \sim P \Rightarrow R; \sim R$; Como $\sim R \Rightarrow P$, e $P \Rightarrow Q$ segue que a conclusão é Q.

O TCDF é composto de sete conselheiros: dois são indicados pelo governador e os demais, pela Câmara Legislativa. Após a posse, define-se, entre eles, por meio de sorteio, o presidente, o vice-presidente, o corregedor, o ouvidor e o regente da Escola de Contas Públicas do Tribunal. O sorteio é feito de acordo com a seguinte ordem: primeiro o presidente, depois o vice-presidente, depois o corregedor, depois o ouvidor e, por fim, o regente.

Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

34 Depois de realizado o sorteio, caso sejam escolhidos dois conselheiros ao acaso, a chance de que o primeiro conselheiro escolhido seja o corregedor e o segundo seja o ouvidor é superior a 6%.

JUSTIFICATIVA - Errado. O total de possíveis pares ordenados, isto é, (Conselheiro 1, Conselheiro 2) \neq (Conselheiro 2, Conselheiro 1) é igual a $7 \times 6 = 42$. A probabilidade pedida é igual a escolha de uma desses pares, ou seja, $1/42 \approx 0,024 \approx 2,4\%$.

35 A probabilidade de que o presidente sorteado seja um dos conselheiros indicados pelo governador, e o vice-presidente sorteado seja um daqueles indicados pela câmara legislativa é inferior a 0,30.

JUSTIFICATIVA - Certo. A probabilidade de sortear um dos indicados pelo Governador é $\frac{2}{7}$, a probabilidade de sortear um indicado pela Câmara Legislativa, uma vez que o presidente já foi sorteado, é igual a $\frac{5}{6}$. Portanto a probabilidade do evento desse item é $\frac{10}{42} \approx 0,24$.